

A política africana do governo Lula

Paulo G. Fagundes Visentini*
Analúcia Danilevicz Pereira**

O Brasil, a China e, gradativamente, a Índia são os novos protagonistas da política internacional e da economia africana. Após um longo período de distanciamento, as relações do Estado e da sociedade brasileiras com o continente africano superaram a retórica e ganharam um novo impulso a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Os laços históricos, a condição de país com grande população de afrodescendentes e o debate interno em torno da igualdade racial, estão presentes na visão brasileira sobre a necessidade de aproximação e cooperação. Mas, na aproximação com o continente africano, os aspectos estratégicos e econômicos são, seguramente, mais importantes. Embora a África seja um continente que apresenta índices alarmantes de pobreza, não é um continente estagnado, e representa um elemento fundamental para a inserção global do Brasil.

O discurso e a prática diplomática do atual governo convergem para a construção de alianças preferenciais com parceiros no âmbito das relações Sul-Sul. Nessa perspectiva, o continente africano representa uma das áreas de maior investimento em termos diplomáticos do governo, só superada pela América do Sul. O Presidente Lula e o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, durante o primeiro mandato, realizaram várias visitas e estabeleceram inúmeros acordos com os diferentes países africanos. Em um pouco mais de 4 anos de governo, foram 5 viagens ao continente que resultaram na visita a 17 países. A aproximação com o continente africano não visa a obtenção de resultados em curto prazo, ainda que, em termos econômicos a África represente um mercado importante.

Nesse sentido, a política africana do Brasil apresenta-se dinâmica no plano diplomático, assumindo relevância especial quando são consideradas as ações brasileiras no continente africano. Entretanto, a dinâmica política, econômica e sócio-cultural de ambas regiões, em distintos momentos históricos, travaram ou impulsionaram essa relação. Em diferentes períodos, as ações brasileiras resultaram de uma leitura equivocada das prioridades da política externa brasileira. Essas ações que não levaram em conta os interesses políticos e estratégicos de longo prazo, apenas os interesses econômicos e financeiros imediatos, postergaram a implementação e renovação de projetos bilaterais, bem como o estabelecimento de acordos de cooperação no plano multilateral. Assim, cabe acompanhar a trajetória das relações entre o Brasil e a África.

* Professor Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutor em História Econômica pela USP e Pós-Doutorado em Relações Internacionais pela London School of Economics. Professor visitante no NUPRI/USP e Universidade de Leiden/Holanda. Pesquisador do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais/NERINT/UFRGS e Coordenador do Centro de Estudos Brasil-África do Sul/CESUL. (paulovi@ufrgs.br)

** Professora de História da Faculdade Porto-Alegrense/FAPA, Doutora em História pela UFRGS. Pesquisadora do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais/NERINT/UFRGS e do Centro de Estudos Brasil-África do Sul/CESUL. (analuciapereira@fapa.com.br)

HISTÓRIA: ESCRAVISMO, AFASTAMENTO, REAPROXIMAÇÃO

A História da África e a História do Brasil estão intimamente relacionadas, desde que os colonizadores portugueses ocuparam as duas margens do Oceano Atlântico Sul no século XVI. Com a chegada ao Brasil da primeira leva de escravos africanos, em 1538, inicia-se uma longa fase de íntima ligação, baseada principalmente no tráfico, que se estende até 1850, quando inicia seu declínio. Esse relacionamento não era de menor importância no plano global, pois, se no século XVII, o Atlântico Sul foi o centro dinâmico da economia mundial, com o Brasil impulsionando o Império Atlântico Português; no século XVIII ele foi suplantado pelo Atlântico Norte, devido à projeção de potências como a França e a Inglaterra¹.

Após a independência do Brasil, a pressão inglesa pelo fim do tráfico era cada vez maior. O fim do tráfico coincidiu com o início da expansão colonialista europeia na África, que gerou o retrocesso das relações e o afastamento entre a África e o Brasil. Na primeira metade do século XX, noventa por cento do comércio do Brasil com o continente dava-se exclusivamente com a África do Sul. Após a Segunda Guerra Mundial, a relação com Portugal era importante para os sucessivos governos brasileiros, que barganhavam o apoio eleitoral da comunidade de imigrantes lusitanos (estimulado por Salazar, através das Casas de Portugal), em troca do apoio brasileiro ao colonialismo português nos fóruns da ONU. Além disso, o Brasil evitava apoiar a descolonização, pois Dakar era um ponto estratégico de escala das comunicações aeronavais com a Europa e Portugal era membro da OTAN.

Além de perdurar a mentalidade da Guerra Fria, a política externa brasileira se restringia às Américas. As independências africanas, que se iniciaram justamente durante o governo Kubitschek, foram praticamente ignoradas. Foi preciso o desencadeamento da Política Externa Independente, no governo Jânio Quadros, para que a África adquirisse importância para a diplomacia brasileira.

Em 1961, com o lançamento da Política Externa Independente, por Jânio Quadros e seu chanceler Afonso Arinos, o Brasil lançou uma política africana e tomou posição em favor do direito à autodeterminação dos povos coloniais, especialmente das colônias portuguesas, que iniciavam a luta armada. A assinatura de diversos Acordos Culturais propiciou o estabelecimento de um programa de bolsas de estudo para estudantes africanos no Brasil, que viria a dar origem ao Programa de Estudantes Convênio (PEC).

DA GEOPOLÍTICA DA GUERRA FRIA ÀS RELAÇÕES ECONÔMICAS

Este primeiro esboço de Cooperação Sul-Sul, todavia, sofreu um revés considerável com o golpe de 1964. Mais uma vez, graças ao enfoque da geopolítica da Guerra Fria, o tema da segurança coletiva foi resgatado, tanto no que diz respeito às Américas (proposta de uma Força de Defesa Interamericana) como do Atlântico Sul (proposta da formação da Organização do Tratado do Atlântico Sul – OTAS). Essa última implicava na cooperação com os regimes colonialista de Portugal e racista da África do Sul.

¹ RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África**: outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 2ª ed. rev. e aum.

As iniciativas de reaproximação ocorreram no governo Médici, o mais repressivo do regime militar. O Brasil do “milagre econômico”, com sua renda concentrada e indústria em rápida expansão, necessitava mercados e matérias-primas, especialmente petróleo. Por outro lado, a tecnologia intermediária e “tropicalizada” era útil à prestação de serviços e servia de modelo inspirador aos Estados africanos. O Brasil também necessitava da simpatia diplomática dos africanos para legitimar a expansão do Mar Territorial para 200 milhas, ao mesmo tempo em que a idéia da OTAS era enterrada.

A crise do Petróleo, em 1973, e o início do governo Geisel (1974-1979), marcaram o aprofundamento da política africana. Seis novas embaixadas foram abertas na África, e o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de viés marxista, em novembro de 1975. A condenação firme dos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul marcou, igualmente, a diplomacia do “Pragmatismo Responsável” de Geisel e do chanceler Azeredo da Silveira, marcada por um forte discurso terceiro-mundista. Ao mesmo tempo em que o Brasil exportava bens de consumo, alimentos, automóveis e a construção de infra-estruturas, importava crescentes quantidades de petróleo. A Braspetro, subsidiária da Petrobrás, iniciou atividades de prospecção na África, a Vale do Rio Doce desenvolvia projetos de mineração e as construtoras Mendes Jr. e Odebrecht construíam rodovias, pontes, portos e barragens hidroelétricas. Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar oficialmente a África: Nigéria, Senegal, Guiné Bissau, Cabo Verde e Argélia.

O governo Sarney, apesar das crescentes dificuldades da economia e das adversidades emanadas do sistema internacional, manteve um alto perfil na relação Brasil-África. Ele visitou Cabo Verde e, posteriormente, Angola e Moçambique, que atravessavam momentos difíceis face às investidas sul-africanas e à guerra civil. Em 1986, em plena Era Reagan e no contexto de militarização do Atlântico Sul (pós-Malvinas), logrou que a ONU aprovasse o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS). Nesse contexto, em 1988, promoveu a I Conferência do Atlântico Sul, no Rio de Janeiro, com a participação de 19 países africanos. A emancipação da Namíbia, a crítica ao *Apartheid* e o apoio à paz em Angola (via retirada das forças sul-africanas e cubanas) eram pontos importantes dessa política, ao lado da busca do desenvolvimento.

O CICLO DOS AJUSTES ECONÔMICOS TRANSATLÂNTICOS

A ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência e a adoção do neoliberalismo como política econômica, em 1990, abriram nova fase de distanciamento em relação à África. No contexto do fim da Guerra Fria e da criação do Mercosul, em 1991, a África foi considerada um cenário secundário, nos marcos de uma diplomacia baseada numa visão primeiro-mundista e neoliberal da globalização. O número de diplomatas brasileiros na África diminuía constantemente, como lembra Flávio Saraiva: em 1973 era de 25, atingindo 34 em 1989 e caindo para 24 em 1996, já na gestão FHC.

Em 1993, Itamar Franco reativou a ZoPaCAS e, no ano seguinte, realizou o Encontro de Chanceleres de Países de Língua Portuguesa em Brasília. Mais importante, contudo, foi o apoio bilateral e multilateral (via ONU) ao processo de paz e reconstrução em alguns países do continente, especialmente em Angola.

No governo FHC (1995-2002), o lugar da África nas relações internacionais do Brasil continuou modesto, mas houve algumas iniciativas importantes e uma certa inflexão ao longo do segundo mandato, que viriam a ser qualitativamente aprofundadas pelo governo Lula. A partir de 1995, o exército brasileiro participou ativamente das missões de paz da ONU em Angola e em alguns outros países. Em 1996, FHC visitou Angola e África do Sul, firmando acordos em várias áreas e, em 1998, o presidente Mandela visitou o Brasil. A nova África do Sul emergia como parceira importante para o Brasil. No ano 2000 aquele país assinou um Acordo Quadro com o Mercosul.

No mesmo sentido, a cooperação no campo das políticas públicas cresceu, especialmente quando o Brasil iniciou sua luta por quebrar os direitos de patente dos medicamentos para a AIDS, epidemia que assola a África austral. Quando o presidente, no contexto da crise do Real, começou a criticar a “globalização assimétrica”, passou também a haver uma maior convergência na diplomacia mundial e seus foros multilaterais, especialmente econômicos.

Mas vale a pena, ainda, mencionar que, desde o fim dos anos 1980, tem crescido na África a penetração da televisão brasileira (especialmente as telenovelas), das igrejas evangélicas² e, mesmo, o estabelecimento de redes de contrabando, tráfico de drogas, armas e lavagem de dinheiro (num fluxo de duplo sentido). Aspectos culturais e de segurança, assim, se tornam agendas comuns no relacionamento entre as duas margens do Atlântico Sul. O Brasil também tem recebido refugiados e imigrantes do continente africano.

LULA E O CICLO DA COOPERAÇÃO MULTIDIMENSIONAL

A presidência Lula, iniciada em 2003, abriu um novo capítulo nas relações Brasil-África, combinando uma nova visão sobre a ordem internacional com a transformação social interna. Já em seu discurso de posse, o novo presidente nomeou a África do Sul entre os grandes em desenvolvimento (China, Índia e Rússia) e destacou que o continente africano seria um vetor fundamental da política externa, que foi autodefinida como afirmativa e propositiva. Ao mesmo tempo em que o combate à pobreza adotava programas efetivos como o “Fome Zero”, as “políticas afirmativas” buscavam integrar os afro-descendentes aos avanços da sociedade brasileira. Uma das iniciativas, já de março de 2003, foi o fomento do ingresso de negros nos quadros diplomáticos, através de bolsas para a preparação do concurso do Instituto Rio Branco.

Três meses depois era lançado o Fórum de Dialogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS ou G-3), uma iniciativa sul-africana de cooperação Sul-Sul. Em seu primeiro mandato, o presidente Lula realizou quatro viagens à África: em novembro de 2003, visitou São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul; em junho de 2004, São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde; em abril de 2005, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné Bissau e Senegal; e em fevereiro de 2006, Argélia, Benin, Botswana e África do Sul. Dez novas embaixadas foram implantadas e o número de diplomatas no continente africano foi grandemente ampliado. Além de manter o apoio concreto aos processos de pacificação e

² Somente na África do Sul já existem quase 300 templos da Igreja Universal do Reino de Deus, onde pastores brasileiros conseguem até contar anedotas em zulu, mas o fenômeno é ainda mais intenso nos países de língua portuguesa.

reconstrução, perdoou a dívida de vários países para com o Brasil, concedeu créditos e assistência em várias áreas.

No campo educacional, o Programa PEC foi ampliado e estendido à área de pós-graduação, com bolsas brasileiras, e fomentada a cooperação no campo da pesquisa científica e intercâmbio de professores. Cursos estão sendo realizados na África e inúmeros seminários para conhecimento recíproco foram realizados nos dois lados do Atlântico. Dentre eles, cabe destacar a Conferência Internacional de Intelectuais Africanos e da Diáspora, realizado em Salvador, Bahia, em julho de 2006. Assim, a África tornou-se o mais importante laboratório da cooperação Sul-Sul, em meio ao incremento do comércio bilateral.

Enquanto a oposição acusa o governo de “desperdiçar dinheiro com um continente sem futuro”, as empresas brasileiras ganham espaço, consolidando sua presença, sobretudo a Petrobrás. Se a penetração chinesa e, mais recentemente, indiana visa a objetivos econômicos, ainda que contribuindo para a construção de obras de infra-estrutura, e a recente presença norte-americana se preocupa com questões geopolíticas e de segurança, a cooperação com o Brasil, ao lado de inegáveis interesses materiais, traz elementos novos.

Trata-se do combate à pobreza e às epidemias (especialmente do HIV-AIDS), a introdução e geração de tecnologias adaptadas aos problemas do Terceiro Mundo e a aliança ativa nos fóruns multilaterais em defesa de interesses comuns na busca do desenvolvimento e da construção de um sistema mundial multipolar e pacífico. O G-3 e o G-20 são dois exemplos que contribuíram para o fortalecimento da posição dos países africanos nas negociações da OMC. Coroando essa política, foi realizado, em Abuja, Nigéria, a I Cúpula África-América do Sul (AFRAS), em novembro de 2006, propiciando às duas regiões uma projeção internacional inédita, que muito contribui para o Renascimento Africano. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se movimentos de consciência negra, realizam-se seminários, criam-se legislações contra a discriminação racial e centros de pesquisa especializados em países africanos.

AÇÕES RECENTES DO GOVERNO LULA NA ÁFRICA

Após décadas de estagnação, a economia africana começa a dar sinais de melhora considerável. Na última década, o continente tem vivenciado não apenas a aceleração constante do crescimento econômico, mas também tem acompanhado as novas oportunidades de comércio e investimentos. Os Estados africanos têm se empenhado na promoção do desenvolvimento econômico sustentado por ações políticas próprias: a União Africana (UA), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Oriental (ECOWAS) e a Nova Aliança para o Desenvolvimento da África (NEPAD) são sinais claros da vontade de superar problemas históricos. E mais, as metas são definidas pelos próprios africanos, que assumem todas as dificuldades inerentes a projetos desse porte.

Nesse contexto, para o Brasil é importante aproveitar o potencial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Poucos países foram priorizados no Itamaraty como os integrantes da CPLP, que reúnem uma população de 240 milhões de pessoas em quatro dos cinco continentes. Portugal, Timor Leste, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola buscam na cooperação brasileira atingir as áreas de

segurança, negócios, saúde e educação. Já no primeiro ano do governo Lula, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola receberam a visita do Presidente brasileiro. Na ocasião, foram discutidas as possibilidades de investimentos em diversas áreas da indústria e do comércio.

Com o presidente Lula viajou uma comitiva de 128 empresários interessados na expansão de exportações. Foram negociadas fábricas de cimento e de remédio, construção de ferrovias, exploração de carvão, exportação de aparelhos celulares, montagem de ônibus e venda de máquinas de coletar lixo, entre outros. A estimativa do intercâmbio era a de mais de US\$ 1 bilhão. Nesse contexto, o Brasil desenvolveu com os países da CPLP fortes programas de cooperação bilateral. Entre os mais significativos, estão a abertura de centros de ensino técnico brasileiros no Timor e em Angola e a disposição de urnas eletrônicas para o pleito de Guiné-Bissau, que acabou adiado por conta do golpe militar ocorrido no país. E ainda, foi acordado com Moçambique a instalação de uma fábrica de medicamentos anti-retrovirais, trazendo grande entusiasmo aos integrantes da Comunidade.

Importante ressaltar que o Brasil, na presidência da CPLP, desempenhou papel central nas gestões diplomáticas que contribuíram para a retomada da democracia em São Tomé e Príncipe. Foi estabelecida uma cooperação com a Agência Nacional do Petróleo para ajudar o país a desenvolver seu sistema de regulação e licitação da exploração do seu petróleo. As relações com Angola, parceiro tradicional em diversas áreas, foi ampliada. Com Moçambique, estreitaram-se laços comerciais e estabeleceu-se uma cooperação no setor agropecuário, entre outras áreas. Com todos os países da Comunidade, tratou-se de cooperação em programas na área de desenvolvimento agrário, do combate à AIDS e da luta contra a pobreza. Na passagem pela sede da CPLP, em Lisboa, o Presidente Lula destacou a responsabilidade especial da Comunidade em reverter a situação de miséria de alguns povos e a necessidade de mobilizar a Comunidade Internacional.

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS) também apresenta enorme potencial para a diplomacia brasileira na construção de acordos de âmbito multilateral, capazes de reunir grupos de nações com interesses convergentes e que possam apoiar-se mutuamente e favorecer objetivos em comum nos fóruns globais. Tanto a CPLP quanto a ZPCAS podem servir como espaço de intersecção entre vários processos de integração econômica na região do Atlântico Sul, favorecendo o intercâmbio entre Mercosul, SADC e ECOWAS. O governo brasileiro tem favorecido significativamente um crescente número de empresas brasileiras, principalmente as exportadoras de serviços, que tem se dirigido ao continente africano para a realização de projetos. Como exemplo, cabe destacar o fato da Companhia do Vale do Rio Doce ter sido a vencedora da concorrência para a exploração do complexo carbonífero de Moatize, ao norte de Moçambique, estreitando as relações com o Brasil.

A aproximação com o continente africano tem se mostrado como um desdobramento importante da política externa brasileira. Em uma avaliação superficial, a estratégia atrai críticas, na medida em que pode parecer paradoxal um país em desenvolvimento como o Brasil fomentar seus esforços diplomáticos em parceiros pobres, com pouca influência no contexto geopolítico global e, em seu conjunto, peso ainda baixo na balança comercial brasileira. No entanto, é preciso avaliar os movimentos de internacionalização e de algumas tendências políticas e econômicas aceleradas pelo aprofundamento da globalização.

O Brasil começa a tornar-se um exportador de capital e tecnologia, além de um tradicional (e agora competitivo) exportador de produtos primários, serviços e manufaturas. O fenômeno que ocorre no Brasil é também observado em outras economias em desenvolvimento, a exemplo da Índia, da África do Sul e da China. A África é um dos territórios adequados aos investimentos das empresas brasileiras, ainda que o continente seja marcado por alguns regimes instáveis, conflitos armados e outras formas de violência, problemas sanitários significativos e imensa pobreza. Ao mesmo tempo é uma das poucas fronteiras naturais ainda abertas para a expansão de negócios em setores como petróleo, gás e mineração e palco de uma disputa global por acesso a matérias-primas, cada vez mais escassas e demandadas.

Iniciado o segundo mandato, Lula fez sua sétima viagem ao continente, visitando Burkina Faso, República do Congo, África do Sul e Angola, acompanhado de empresários dos setores de energia, construção, indústria aeronáutica e finanças. A agenda, além de incluir a assinatura de acordos bilaterais e multilaterais, previu a participação na 2ª Cúpula do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). A viagem à Burkina Faso, que retribuiu a visita ao Brasil do Presidente Blaise Compaoré, em 2003, teve como objetivo a firmar instrumento de cooperação em cotonicultura (produção de algodão), acordo de cooperação técnica na área educacional e protocolo de cooperação em saúde em áreas como medicina tradicional e bancos de leite. Nessa ocasião, também esteve prevista a assinatura de acordo em matéria de biocombustíveis com a organização sub-regional União Econômica e Monetária do Oeste da África.

As atividades de Lula em Ouagadougou, capital de Burkina Faso também incluíram um seminário sobre desenvolvimento e democracia na África e a abertura da mostra de cinema brasileiro, além de um evento empresarial. Na República do Congo, em retribuição à visita do Presidente Denis Sassou Nguesso ao Brasil em 2005, os países assinaram acordos para o cultivo de dendê e para a modernização do setor sucro-acooleiro. Na área da saúde, acertaram sobre o combate à malária e ao HIV/AIDS. Concluído este roteiro, o presidente brasileiro já passara por 19 dos 53 países africanos, alguns deles mais de uma vez. Desde o início do governo Lula as exportações brasileiras mais do que triplicaram – em 2003, o Brasil exportou US\$ 2,4 milhões, em 2006 foram US\$ 7,5 milhões. Em 2007, os dados até setembro mostraram um crescimento de 15% em relação ao ano anterior.

Ainda assim, o maior investimento se deu em termos diplomáticos. Em 2007, ao participar, na África do Sul, da 2ª Cúpula do IBAS (a 1ª Cúpula foi realizada em Brasília, em setembro de 2006), a diplomacia brasileira intensificou a cooperação e articulação política trilateral. A reforma do Conselho de Segurança da ONU e a Rodada Doha foram alguns dos temas em pauta. A rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio é prioritária para os três países, uma vez que os mesmos integram o G-20 e, juntos, lutam pela abertura do mercado agrícola dos países desenvolvidos para a produção das nações em desenvolvimento.

Brasil, Índia e África do Sul também estabeleceram metas ambiciosas para o incremento do comércio trilateral. Em junho de 2006, durante a quarta reunião da Comissão Mista trilateral, em Nova Delhi, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, propôs a cifra de US\$ 15 bilhões até 2010. Ainda em 2007, Brasil, Índia e África do Sul pretendiam alcançar US\$ 10 bilhões em trocas comerciais. Na ocasião, Celso Amorim também defendeu a intensificação dos trabalhos para a criação de uma área de

livre comércio entre o Mercosul, Índia e a União Aduaneira da África Austral (SACU), grupo que reúne África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia e Suazilândia.

De qualquer forma, a constituição do IBAS já terá desempenhado um papel importante em chamar a atenção do Norte para a intenção dos países do Sul de terem sua voz ouvida sobre os grandes temas globais e terá, em alguma medida, influenciado o G-8 a convidá-los para seus debates internos. O IBAS, nesse sentido, está realizando um papel de projetar seus membros no cenário internacional, alertando a comunidade internacional que os países estão dispostos e aptos a quebrar o invólucro de seus contextos regionais e colaborar decisivamente para os progressos de uma ordem multipolar. Por fim, o Fórum abriu um valioso espaço político para a atuação internacional da África do Sul e do Brasil.

As possibilidades de intercâmbio comercial foram, também, um dos principais assuntos da reunião bilateral do Presidente Lula com o presidente sul-africano Thabo Mbeki. Na esfera política os dois governos assinaram instrumentos na área social, energética, educacional, cultural, de saúde e de administração tributária. Na África do Sul, o presidente brasileiro ainda participou de um Conselho Empresarial, Seminário Acadêmico, Fórum Parlamentar e Fórum de Mulheres. O término dessa viagem ocorreu em Angola, onde Lula, juntamente com o presidente angolano José Eduardo dos Santos assinaram acordos nas áreas de prevenção da malária, formação e ensino. Em Luanda, o presidente brasileiro foi homenageado em sessão solene da Assembléia Nacional e abriu um encontro de negócios com representantes de mais de 30 empresas brasileiras instaladas em Angola.

Angola, o segundo maior produtor africano de petróleo, foi palco de uma intensa discussão em torno do que o Presidente Lula definiu como “revolução dos biocombustíveis”. Segundo Lula, os dois países – Angola como uma potência petrolífera e o Brasil como auto-suficiente na produção de petróleo – poderiam juntos participar da próxima revolução energética, a dos biocombustíveis. A “revolução energética brasileira”, como anunciada pelo presidente Lula, tem no potencial brasileiro para a produção de etanol uma saída à substituição de energia não-renovável por energia limpa. É visível o espaço que vem sendo dado ao tema pelo governo brasileiro, o qual vem se aproximando de outros países, para o desenvolvimento e aprimoramento desta via energética.

Em novembro de 2007, o Brasil e a China anunciaram que iriam distribuir gratuitamente para todo o continente africano imagens do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS). O anúncio, feito pela delegação brasileira na Cidade do Cabo, durante a quarta reunião do Grupo de Observação da Terra (GEO), tinha como objetivo contribuir para aumentar a capacidade de governos e organizações na África na utilização de imagens de satélite para monitorar desastres naturais, desmatamento, seca e desertificação, ameaças à produção agrícola e à segurança alimentar e riscos à saúde pública. Além de prover imagens de alta qualidade, o Brasil também se comprometeu com o fornecimento de software de processamento de imagens e outras ferramentas de interpretação, assim como o treinamento de usuários africanos interessados. O pleno funcionamento do sistema de distribuição de dados CBERS para a África está previsto para este ano.

As relações entre o Brasil e a África, no segundo governo Lula, tendem a um aprofundamento sem precedentes. Em dezembro de 2007, o Brasil foi escolhido pela Comissão de Construção da Paz (CCP) das Nações Unidas para coordenar os trabalhos do

órgão sobre a Guiné-Bissau. A escolha se seguiu a indicações da própria Guiné-Bissau. Na coordenação dos trabalhos da CCP para a Guiné-Bissau o Brasil intensificará sua contribuição para o país, que já está evidenciada por meio da cooperação bilateral, bem como através da CPLP e do Fundo IBAS. Em março de 2008, diante das severas enchentes e inundações que afetaram Moçambique e Zâmbia, o Brasil deu continuidade a iniciativas de ajuda humanitária às nações africanas, doando 3 toneladas de medicamentos básicos e emergenciais para cada um dos dois países. Guiné-Bissau e Angola, também afetados pelas enchentes, receberam ajuda brasileira.

Apesar de não ser possível determinar com precisão quais sejam os impactos causados por essa conjuntura favorável à aproximação entre o Brasil e o continente africano, é fato que a África possui uma posição privilegiada na estratégia de inserção internacional desenvolvida pela política externa do governo Lula. O Brasil parece desejar ser um ator responsável e ativo no sistema internacional e, historicamente, o Itamaraty tem sido a Instituição que, por excelência, pensa o interesse nacional em longo prazo. Conferir maior peso a regiões ainda pouco exploradas e a países em desenvolvimento, sem negligenciar as relações já estabelecidas com parceiros mais tradicionais, não apenas vem ao encontro de uma definição mais ampla de interesses nacionais e da inserção do Brasil na economia mundial, mas também contribui para conferir legitimidade a diplomacia brasileira.

CONCLUSÃO

Quanto disso tudo é discurso político e interesse econômico ou uma associação entre duas periferias na busca do desenvolvimento sócio-econômico só o tempo dirá. Os governos africanos, por seu lado, precisam superar a mentalidade assistencialista e vitimizada dependente da ajuda, criada na época da Guerra Fria e agravada na “década perdida”, e intensificar seus processos de integração, sob o impacto desafiante da globalização. Superar a herança colonial do “dividir para reinar”, contida na configuração de pequenos e inviáveis Estados, é uma necessidade urgente. Ao mesmo tempo, necessitam aprofundar seus vínculos de cooperação externa numa perspectiva autonomista, revertendo a marginalização do continente.

O Brasil, por outro lado, é um país *mestiço*, não uma “democracia racial” (falso conceito conservador) nem uma nação multicultural (conceito pós-moderno europeu/norte-americano). Mestiçagem não significa branqueamento, mas *mistura*, algo que tem a ver com uma cultura que ignora certas diferenças e sente tremenda atração por outras. Estamos construindo uma cultura própria, onde o elemento africano tem uma contribuição decisiva e que necessita ser reconhecida, e as desigualdades sociais, que penalizam especialmente os negros, têm de ser eliminadas. E, mesmo em meio a tantas injustiças, temos uma enorme tolerância, que poderia ser um modelo para um mundo de intolerância.

Muito além do aspecto comercial, o Brasil pode ser um parceiro importante para o continente africano, desde que consiga superar certos entraves políticos, sociais e econômicos internos. A África, por sua vez, também é útil ao Brasil, não apenas em termos econômicos, mas também político-culturais. Mesmo sendo uma nação em desenvolvimento do Terceiro Mundo, sempre existe a tentação primeiro-mundista das elites brasileiras. Além de receber estudantes africanos, o Brasil deveria enviar estudantes e turistas para a África, o

que contribuiria para o aperfeiçoamento de nossa identidade. Por fim, a tensão entre uma cooperação transoceânica voltada para o Atlântico Norte (decorrente da história do capitalismo) e outra voltada para o Atlântico Sul (baseada na integração sul-americana, na associação com a África e na cooperação Sul-Sul) representa uma contradição fundamental. Nesse contexto, as relações Brasil-África são decisivas para sua superação.

REFERÊNCIAS

- COELHO, Pedro, e MENDONÇA, Helio de (Orgs.). *Relações Brasil-África: um colóquio*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2002.
- COELHO, Pedro, e SARAIVA, Flávio (Orgs.). *Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio*. Brasília: IBRI, / FUNAG, 2004.
- Resenha de Política Exterior do Brasil*. 2003 a 2006. Brasília: Ministério das Relações Exteriores.
- RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SARAIVA, José Flávio. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Ed. da UnB, 1996.
- VISENTINI, Paulo, RIBEIRO, Luiz, e PEREIRA, Analúcia. *Breve História da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.